

Autor:

Pedro Manuel da Cruz Nunes do Amaral Xavier

Título:

Educação artística no Estado Novo: as Missões Estéticas de Férias e a doutrinação das elites artísticas

Resumo:

Durante o Estado Novo, os padrões de ensino eram determinados por uma política educacional autoritária e conservadora. A partir de 1936, com o Ministro Carneiro Pacheco, a inculcação de um modelo de sociedade nas elites que acediam ao liceu e ao ensino superior torna-se mais visível nos currículos (na acepção lata do termo) e em toda a organização escolar.

Na sequência da reforma do ensino das Belas Artes, da remodelação do *Ministério da Instrução Pública* e da criação da *Junta Nacional de Educação*, instituíram-se as *Missões Estéticas de Férias*. As Missões Estéticas de Férias constituem uma modalidade de acção educadora criada durante o *Estado Novo* como complemento de formação da cultura técnica e ideológica dos jovens artistas portugueses. As componentes dessa cultura técnica prendiam-se, essencialmente, como teremos oportunidade de verificar, com a História da Arte e o estudo do património natural e cultural.

Em torno de um castelo, ou de um outro monumento artístico de vulto, ligado aos momentos míticos da nacionalidade, as *Missões Estéticas de Férias*, constituídas como autênticos estágios e orientadas por um ou mais académicos de História da Arte, privilegiavam uma perspectiva tradicional, conservadora e decorativista da Arte em território nacional.

Citando o diploma legal que fundou as *Missões Estéticas de Férias*, com esta modalidade educativa, o Estado pretendia “*dotar a formação dos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas com o conhecimento do património estético da Nação, nos seus valores naturais e monumentais, de que são tam [sic] ricas as nossa províncias, ao mesmo tempo que se contribuirá para a realização do respectivo cadastro, inventário e classificação...*”¹.

Para levar a bom termo tão subtil tarefa, o Estado contou com o apoio empenhado de alguns dos mais ilustres eruditos de História da Arte de então, socialmente promovidos com a jovem *Academia Nacional de Belas Artes*, criada em 1932, através do seu envolvimento na concepção, organização, orientação e avaliação das *Missões Estéticas de Férias*.

Nesta comunicação, procuraremos analisar os objectivos camuflados de uma política que, recorrendo ao *valor educativo* da História e do Património, procurava, em última instância, inculcar um conceito de arte e um modelo de sociedade nas elites estudantis, pretendendo assim prevenir os ataques políticos do vanguardismo plástico.

¹Decreto-Lei Nº26957, de 28 de Agosto de 1936, D.G. Nº202, I Série.